

Diretas

Ulysses defende cinco anos; depois admite eleição em 88



Raymundo Faoro (foto), 62, jurista, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil: "Não houve um fato novo, mas o agravamento de uma crise que não foi conjurada. O ministro chamado para a Fazenda, e tenho todo o respeito intelectual por ele, foi convidado mais para segurar a alça do caixa do que para resolver uma crise que está acima de suas forças. Finalmente tendo consciência disto, que já é da consciência de todo o povo, o PMDB se conscientiza de que só pode continuar hegemônico se partir para a reforma que estava escondida, que é a eleição direta. A reação do PMDB é lógica e ocorre a um grupo político sempre em momento extremo. A decisão tem um pouco de oportunismo e muito de quem não tem outra alternativa. As alternativas são sombrias."

Sobral Pinto, 93, jurista: "Eleição direta agora é um absurdo, porque o presidente Sarney tem um mandato legal e legítimo. Foi eleito junto com Tancredino por dois terços do Colégio Eleitoral, como a vontade do povo foi manifestada nos comícios. Insistir em diretas é querer jogar o país na desordem e na confusão."



Newton Cardoso (PMDB), 48, governador de Minas Gerais (foto): "Se porventura o novo ministro acertar a vida do país na área econômica, vamos ter seis anos de Sarney. Se não acertar, o mandato encurta."

Felipe Neri, 45, líder do PMDB na Assembleia Legislativa de Minas: "Se falta legitimidade ao presidente, devemos então encaminhar para as diretas. Nem o governo Newton Cardoso nem o PMDB mineiro têm posição definida sobre a questão."



Pedro Simon (PMDB), 57, governador do Rio Grande do Sul (foto): "O mandato presidencial é um assunto a ser resolvido através do diálogo entre o presidente e os partidos que o apoiam e não deveria partir de uma atitude isolada. A questão não pode ser tratada fora do fórum competente, que é composto pelas direções do PMDB e PFL e pelo próprio presidente."

Barbosa Lima Sobrinho, 90, presidente da Associação Brasileira de Imprensa: "Pessoalmente não vejo nenhum inconveniente para a realização das eleições diretas para presidente ainda este ano. Para ter uma posição oficial da ABI, teria que consultar os outros diretores, para saber a opinião dos companheiros."

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

"Dr. Ulysses, o grito de diretas-88 tá aí fora. Vai dar pra segurar?" Ulysses da Silveira Guimarães, presidente nacional do PMDB, está no seu gabinete de presidente da Câmara, são 17h15 de mais um dia de muita agitação e ele encontra dez minutos para uma conversa mais relaxada com apenas dois repórteres, sem o tumulto de câmeras e microfones em volta de sua boca. Ulysses se mexe na cadeira, aparentemente incomodado com o tema, mas responde: "Se as medidas que o Bresser vai tomar derem certo, a coisa acalma."

E deixa no ar a hipótese inversa: se o novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, não injetar rapidamente confiança no tecido social, as diretas-88 serão uma inevitabilidade.

E a primeira vez que o presidente do PMDB começa a admitir essa hipótese, ele que havia fechado com o presidente José Sarney um acordo tácito no sentido de que o mandato seria de cinco anos e a eleição, portanto, seria em 1989.

Cronologia

Para colocar na sua verdadeira perspectiva a posição de Ulysses, é preciso recorrer à cronologia de seu dia, no que se refere ao tema diretas-88: pela manhã, à porta de sua casa, ele voltara a defender um mandato de cinco anos, sem hesitação alguma, alegando que o partido não pode decidir sob a emoção dos acontecimentos.

No meio da tarde, cruzou com o repórter da Folha na entrada do plenário da Câmara e o diálogo foi enigmático:

Folha — Dr. Ulysses, o Covas e o Fernando Henrique estão pedindo diretas em 88. O que o sr. acha?

Ulysses sorri o seu eterno sorriso esfingético e responde apenas: "Vamos conversar".



Só depois é que ele conversa mesmo, já em seu gabinete da presidência da Câmara. Insiste em que o partido não pode decidir emocionalmente um tema tão delicado, mas em momento algum fala em cinco anos de mandato. Ao saber que a bancada peemedebista na Câmara vai ser convocada, na semana que vem, para discutir a questão do mandato, Ulysses anota na sua agenda um lembrete para si próprio: falar com Luiz Henrique (o líder do

PMDB na Câmara). Mas não diz o que, exatamente, vai conversar com o líder.

Tempo ao tempo

A Folha apurou, entretanto, que a tática da direção peemedebista é a de dar tempo ao tempo: deixar que a bancada se reúna e, depois, convocar a Executiva. A emoção gerada pelos fatos recentes, sob a qual Ulysses não pretende deliberar, poderá, então, ter se dissipado, em função da ação do governo na área econômica.

Pelas palavras de Ulysses e pela tática da direção partidária, fica evidente que o tamanho do mandato de Sarney está nas mãos de Bresser Pereira. Até porque Ulysses não dá sinal algum de que pretende encerrar o presidente; durante toda a conversa, ele fez questão de ressaltar que seus diálogos com Sarney, durante todo o tumultuado episódio da reforma ministerial, foram cordiais. "Nunca houve tensão alguma", garante.



Almino Affonso (PMDB), 58, vice-governador de São Paulo (foto): "Temos primeiro que consolidar o regime. Isso é prematuro."

Waldir Pires (PMDB), 60, governador da Bahia: "Não conheço a profundidade do movimento lançado pelo senador Mario Covas. Não devemos assumir nenhuma posição precipitada nesse momento de transição democrática. Defendo um mandato presidencial de cinco anos."

Pedro Ivo Campos (PMDB), 56, governador de Santa Catarina: "Não concordo com a tese de que a indicação do economista Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda consolide eleições diretas em 88. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Se eu fosse constituinte, defenderia a tese de que o presidente da República tem um mandato de quatro anos, com direito a uma reeleição."

Álvaro Dias (PMDB), 42, governador do Paraná: "A definição do mandato do presidente Sarney não deve ser feita em razão da atual crise de governo. O mandato não deve ser definido de maneira circunstancial porque esta é uma questão institucional, que está acima das crises. Desde a campanha eleitoral de 1986, defendo o mandato presidencial de quatro anos, com direito a reeleição."

Sensação de "desmanche" chega ao Planalto

Do enviado especial a Brasília

O ex-deputado estadual paulista, José Gregori, uma das pessoas mais íntimas tanto do senador Fernando Henrique Cardoso como do ex-governador Franco Montoro, encontrou uma expressão para definir o quadro político que encontrou em Brasília: "Esse governo está em processo de desmanche. E é irreversível". "Desmanche" é a gíria para os locais aos quais são levados automóveis velhos e imprestáveis, para que suas peças úteis sejam retiradas e usadas em veículos ainda aproveitáveis.

Gregori pode estar exagerando, mas, certamente, não está exagerando sozinho. "O governo acabou" é a frase que mais se ouve nos corredores do Congresso Nacional, formalmente ocupado com a elaboração da nova Constituição, mas, na prática, preocupado em discutir a crise

política que gera a sensação de "desmanche" do governo.

Sensação agravada por fatos objetivos: não foi apenas o senador José Richa (PMDB-PR) a recusar um convite do presidente da República para ocupar alto cargo governamental (o Gabinete Civil da Presidência), fato raro nos anais da política brasileira, cuja marca registrada é exatamente a ganância por postos de relevância na administração pública. Também os economistas Pérsio Arida e André Lara Rezende responderam negativamente à sondagem de Tasso Jereissati, governador do Ceará, com o aval de Sarney, para voltarem ao governo, se Tasso fosse ministro da Fazenda.

A sensação de "desmanche" atinge até a sede governamental, o Palácio do Planalto. A Folha ouviu ontem, do ocupante de um dos mais influentes gabinetes do Palácio e da República, a avaliação de que "é absurdo passar

uma semana sem preencher o Gabinete Civil".

Economia

Pior ainda: os dados econômicos que estão sendo apurados pelo próprio governo ou que começam a vaziar para os meios políticos são desastrosos. A inflação, por exemplo, nos vinte primeiros dias de abril, bateu em aproximadamente 16 por cento e, quando forem computados os dez últimos dias do mês, poderá chegar a 20 por cento — outro triste recorde histórico mesmo em um país habituado a conviver com altas taxas inflacionárias.

Mais: o orçamento federal para 1987 estourou completamente, como admitiu, para interlocutores privilegiados, o secretário do Tesouro, Andrea Calabi, o homem que tem a chave dos cofres públicos.

É sobre Calabi que têm desabado e continuam desabando as pressões dos governadores estaduais para obter

recursos para seus Estados. Desenha-se nítida, portanto, a iminência de uma colisão entre essas pressões e a intenção publicamente manifestada ontem por Bresser Pereira, novo ministro da Fazenda, de aplicar uma política de austeridade, o que significa fechar os cofres que os governadores procuram arrombar.

Quadro confuso

É tão delicado e confuso o quadro que o PT, visto sempre como radical, acaba parecendo o mais moderado dos partidos e se permite ironias: o deputado Olívio Dutra (PT-RS) diz que o partido mantém a sua tese de eleições presidenciais seis meses após a promulgação da nova Constituição (no que coincide, na prática, com a pregação recente de Covas e Fernando Henrique) e convida o PMDB a aderir à campanha pelas diretas-88, já deflagrada. "Eles podem tomar o bonde andando", ironiza Dutra. (CR)

Affonso Camargo vai propor diretas para 21 de fevereiro

Da Sucursal de Brasília

Eleições diretas para presidente da República em 21 de fevereiro de 1988 — esta é a proposta que o senador Affonso Camargo (PMDB-PR), 58, apresentará no início da próxima semana ao Congresso constituinte. A proposta será encaminhada à subcomissão do Poder Executivo, que trata da duração do mandato do presidente José Sarney.

"O atual mandato do presidente da República encerrar-se-á em 21 de abril de 1988". Este é o texto que o senador, que integra a Executiva Nacional do PMDB (como 3º secretário), deseja ver inscrito nas disposições transitórias da futura Constituição. A data proposta para a posse do próximo presidente, segundo Camargo, é "para honrar a memória de Tancredo Neves" (que morreu neste dia, há dois anos).

O presidente José Sarney que, segundo Camargo, mostrou-se mais uma vez "indeciso e lento", ao realizar a reforma em seu ministério, não possui legitimidade para continuar à frente do governo.

Legitimidade "de origem", acrescenta. Para o senador, o mandato recebido por Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral (em 25 de janeiro de 1985) deveu-se à campanha das diretas-já. Tancredo e Sarney receberam um mandato transitório, argumenta, concedido pela "opinião pública" exatamente para fazer a ponte entre "o autoritarismo e a democracia". Na medida em que o governo de transição não corresponde às expectativas da opinião pública, completa, não há motivo para prolongá-lo.

A proposta de Camargo prevê que o próximo presidente teria um mandato de três anos, com a realização de novas eleições presidenciais em novembro de 1990. O objetivo de mais um mandato curto, para o senador, é a necessidade da "coincidência de mandatos". "Eu não tenho qualquer dúvida de que a eleição presidencial deve ser simultânea à do Congresso Nacional, o que, pela minha proposta, acontecerá a partir de 1990", afirmou Camargo ontem às 17h15 em seu gabinete, no Senado.

Quércia afirma que Ulysses demite e nomeia ministros

Da Sucursal de Brasília

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, 48, foi ontem para Brasília para assistir a posse de Bresser Pereira no Ministério da Fazenda e foi recebido no aeroporto de Brasília pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. "Estou aqui ao lado do presidente que demite e nomeia ministros", disse Quércia, sorrindo. Ulysses também sorriu e abraçou-o, afirmando que "eu sou apenas o eco do governador". Quércia e Ulysses almoçaram a sós na casa do último, no Lago Sul.

Quércia disse que o substituto de Sarney poderia ser eleito em 88 desde que "ele tenha um mandato tampão de dois anos". Caso contrário, Quércia tenderia a manter aquela data da eleição em 1990. Segundo ele, "as eleições para presidente devem coincidir com as eleições para o Congresso", em 1990 — ano em que termina também o mandato do próprio governador. Em defesa de sua tese, o governador lembrou a eleição de Jânio Quadros, 1962, para a Presidência da República. "Ele conquistou 50%

do eleitorado, foi eleito presidente e herdou 80% do Congresso contra ele. Deu no que deu" (Jânio renunciou sete meses depois).

Depois de participar da cerimônia de posse de Luiz Carlos Bresser Pereira (até então secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo), Quércia teve uma longa audiência com o presidente José Sarney. "Vim agradecer ao presidente por manter São Paulo no Ministério", disse.

Na sala de espera do presidente, aguardando o fim da audiência de Quércia, estava o deputado Ralph Biase (PMDB-SP), virtual candidato do governador para o cargo de ministro da Indústria e Comércio. Mas Quércia negou que tivesse um candidato ao cargo e Biase desconversou.

"Não faça comigo o que fizeram com meus companheiros", afirmou Biase, apontando na direção do governador do Ceará, Tasso Jereissati — convidado e desconvidado para ser o ministro da Fazenda. Brincando sempre, ele se esquivou de todas as perguntas e escapuliu para outra sala.

Nascimento de gêmeos faz Sarney avô pela sexta vez

Do correspondente em São Luís e do enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney, 57, tornou-se avô pela sexta vez, com o nascimento dos gêmeos Marcos e Gabriel, filhos do deputado José Sarney Filho (PMDB-MA) e de sua mulher, Lúcia Alice. Os bebês nasceram na noite de anteontem, no Hospital Português de São Luís (MA). A porta do apartamento 54, uma placa indicando a proibição de visitas maninha os netos do presidente longe da curiosidade pública.

Irritação

O noticiário da imprensa sobre a influência do casal Jorge Murad-Roseana Sarney Murad (genro e filha do

presidente) sobre as decisões do governo e as informações sobre uma suposta e iminente separação deles é mais um motivo de irritação para o presidente, além dos problemas políticos que enfrenta.

No Palácio do Planalto, admite-se apenas que Roseana e Jorge Murad vivem uma crise conjugal que está "sendo administrada".

Sarney acha que está havendo uma campanha orquestrada para atingi-lo por meio das informações sobre sua filha e genro. Mas a irritação presidencial não é capaz de conter os boatos: cada vez mais, sempre pedindo reserva do nome, políticos de maior ou menor calibre disparam sobre o casal.

Crise leva o presidente a isolar-se em seu gabinete

Da Sucursal de Brasília

A reforma ministerial levou o presidente José Sarney a alterar completamente sua agenda desde o início da semana e a fechar-se em quase total isolamento. Na última segunda-feira, quando tentou indicar Tasso Jereissati ministro da Fazenda, e encontrou forte resistência dentro do PMDB, Sarney não permitiu que seu gabinete fosse aberto para os fotógrafos sequer uma vez.

Na terça-feira, quando indicou para ministro da Fazenda o secretário de Ciência e Tecnologia do governo de São Paulo, Bresser Pereira, permitiu que cinegrafistas e fotógrafos entrassem no gabinete apenas durante a audiência que concedeu ao

embaixador da Noruega, Conradi Proitz. E, ontem, só permitiu a abertura do gabinete para fotografias de uma reunião entre ele, o ministro Costa Couto e o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva.

Até mesmo políticos recebidos por Sarney nestes últimos três dias procuraram esquivar-se da imprensa. Na segunda-feira, apenas o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e o ministro da Justiça, Paulo Brossard, saíram pela porta que dá acesso aos jornalistas. Na terça-feira, mais uma vez Paulo Brossard e o governador do Paraná, Álvaro Dias. O porta-voz da Presidência, Frota Neto, 44, não quis comentar o isolamento de Sarney.



Miguel Arraes (PMDB), 70, governador de Pernambuco: "Quem pode modificar o mandato é o Congresso constituinte ou o próprio presidente da República. A evolução desta crise, no entanto, poderá criar condições conjunturais para este processo. Ou a Constituição marca o prazo do novo mandato ou Sarney envia projeto estabelecendo seu mandato e a data das eleições diretas para presidente."

Marcelo Miranda (PMDB), 48, governador do Mato Grosso do Sul: "O mandato do presidente Sarney dependerá do desempenho do ministro da Fazenda. Se Bresser não conseguir, com a adoção de um plano econômico, dar tranquilidade ao povo, o mandato poderá ser reduzido para quatro anos."



Alberto Goldman (PCB), 48, secretário especial para coordenação de programas de governo de São Paulo: "O processo eleitoral será chamado mais cedo do que se possa imaginar, se forem mantidos esse processo dividido e o pipocamento do poder. Nesse momento, não temos nem um parlamentarismo nem um presidencialismo puro e, consequentemente, a tendência de aproximar a data das eleições é maior."